



CONTEXTO HISTÓRICO

A ciência medieval católica preservava sua força até meados do XVII. Foi neste século que ocorreu um dos mais notáveis processos de desenvolvimento científico do mundo ocidental: a revolução astronômica e física, ou simplesmente a "Revolução Científica" do século XVII. A nova física superava os conceitos aristotélicos de "senso comum" de um universo centrado em uma Terra estática, em repouso. O silogismo aristotélico ("Todos os homens são mortais. Sócrates é um homem. Logo, Sócrates é mortal") começava a perder força. A ciência passaria a privilegiar a observação da natureza e do movimento.

1543 é considerado simbolicamente o ano do nascimento da Ciência moderna. Neste ano foram publicados dois livros que alterariam irremediavelmente os conceitos da natureza até então compreendidos pelo homem: *Sobre a revolução das esferas celestes*, do clérigo polonês Nicolau Copérnico, e *Sobre a estrutura do corpo humano*, do flamengo André Vesalius. O primeiro inaugurou um novo conceito em ciência: a dinâmica; o segundo, estabeleceu a observação anatômica e introduziu os conceitos de fisiologia na medicina.

No início do século XVII, o italiano Galileu Galilei ganhou a fama de inventor do telescópio, poderoso instrumento de observação dos astros, além de deslocar o Sol para o centro do sistema universal, retirando a prerrogativa do sistema geocêntrico medieval. Nascia, enfim, o heliocentrismo. Johannes Kepler seguiria Galileu, ao desenvolver a noção de órbitas elípticas, derrubando os conceitos de um universo em que os astros desenvolveriam órbitas circulares perfeitas. Em 1687, Isaac Newton publicou *Principia*, na qual sintetizava os fundamentos de força e movimento empregados até hoje na Física. A Revolução Científica do século XVII seria uma espécie de preâmbulo das ciências astronômicas e físicas para um novo período de florescimento da Filosofia Política do século XVIII: o Iluminismo.

Além da Revolução Científica, os eventos ocorridos na Inglaterra no século XVII influenciaram as concepções filosóficas que seriam responsáveis pelo movimento iluminista. O movimento social responsável pelo fim do Absolutismo inglês e suas repercussões ecoaram pela Europa. Houve grande interesse da intelectualidade pelo primeiro governo de caráter liberal do Velho Continente. Nesse sentido, a interpretação de John Locke acerca dos eventos do setecentos ganhou grande relevo. Em *Dois Tratados sobre o governo civil*, Locke analisou a sociedade liberal inglesa como oriunda de um contrato entre governante e governados. A análise de viés contratualista não era novidade; pensadores como Thomas Hobbes já a tinham proposto. No entanto, a novidade de Locke veio por conta de suas categorias e consequências. Ao contrário de Hobbes, que pensava em termos de "súditos e soberano", Locke colocava o contrato tendo como pactuantes "governantes e governados". Além disso, o pensador inglês do século XVII formatava o contrato em bases liberais, com prevalência do poder dos governados: a função dos governantes era atendê-los e, caso isso não ocorresse, cabia aos governados romper o contrato e conduzir novo governante. As ideias de Locke serviram de base para a construção do pensamento liberal do **Século das Luzes**.



Obra desenhada por Charles-Nicolas Cochin e gravado por Bonaventure-Louis Prévost. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fd/Encyclopedie_frontispice_full.jpg/300px-Encyclopedie_frontispice_full.jpg

Encyclopedie_frontispice_full.jpg/300px-Encyclopedie_frontispice_full.jpg

O Iluminismo pode ser conceituado como um movimento filosófico liberal do século XVIII. Os filósofos iluministas se consideravam preceptores da liberdade do gênero humano contra uma sociedade ainda mergulhada no conservadorismo do Antigo Regime europeu. Os conceitos de Estado Nacional absolutista de direito divino, sociedade aristocrática de privilégios e intervencionismo estatal mercantilista sofreriam um processo de degradação irreversível pelos autores das luzes. É preciso ressaltar que o Iluminismo não era um movimento homogêneo, já que encontramos os mais diversos agentes sociais entre os pensadores iluministas, dentre os quais burgueses, padres, nobres e novos ricos. A crítica ao Antigo Regime era o ponto fundamental que unia os escritos de autores tão diferentes como Jean Jacques Rousseau, Voltaire e o barão de Montesquieu. O Iluminismo não era um movimento burguês em sua composição social, mas em suas ideias e princípios liberais.

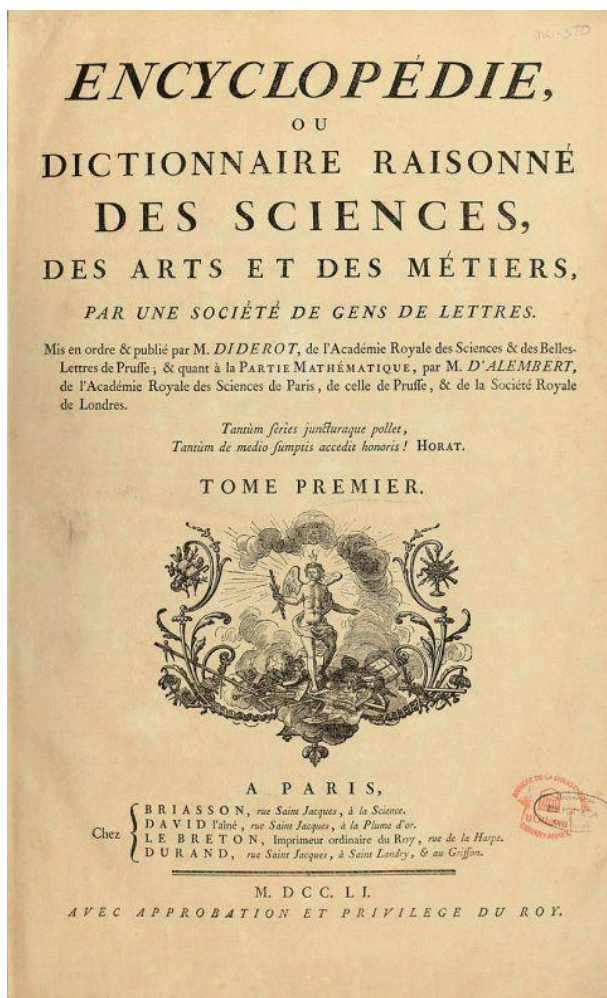
OS FILÓSOFOS

Jean Jacques Rousseau (1712 - 78) escreveu sobre Pedagogia, Botânica, Ciência Política, Antropologia, entre outros assuntos. Uma das características mais marcantes do movimento iluminista era a disposição de seus autores em buscar a razão, a ciência, a experimentação como instrumentos de um processo que deveria provocar a emancipação da humanidade. Rousseau elaborou a teoria da soberania popular contemporânea em *Do contrato social*, no qual nega os preceitos modernos de que a origem do poder temporal residisse na vontade divina. A sociedade, segundo Rousseau, teria sido estabelecida a partir de um contrato não declarado entre governados e governantes, isto é, uma relação de obrigações na qual os primeiros contratantes delegam legitimidade para o governante, o qual deve defender os interesses do corpo social. O governante que rompesse o contrato seria tratado como tirano, e os governados se reservariam o direito de sublevação contra o mau governo. Nascia o conceito da democracia representativa contemporânea. Rousseau identificou, ainda, a origem da desigualdade entre os homens na propriedade privada, tema que seria retomado no século XIX pelos socialistas. A natureza humana, segundo ele, era boa e a sociedade corrompia o indivíduo. Os antropólogos aprenderam o mito do "bom selvagem" com Rousseau. *Emílio* (ou *Da Educação*) e *Devaneios do caminhante solitário* são outros dos memoráveis livros deste fecundo autor: o primeiro é uma obra pedagógica, o segundo, um amargurado livro de memórias.

O **barão de montesquieu** (1689-1755) consubstanciou, em *Do espírito das leis*, um dos princípios mais difundidos na política ocidental contemporânea: a divisão dos três poderes harmônicos e interdependentes. Montesquieu não negava a existência de uma monarquia, apenas propunha a reforma do modelo absolutista. Na Idade Moderna, o poder político ficava concentrado na figura do monarca, estando os demais poderes subordinados a ele. O Legislativo, denominado "Parlamento" na Inglaterra e "Estados Gerais" na França, somente era convocado por vontade do rei em casos de graves ameaças contra o Estado. Os juízes eram escolhidos pelo rei ou adquiriam seus cargos através de famigeradas negociatas. Montesquieu propunha que cada um destes poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — deveria ser independente, ou seja, não existiriam hierarquias entre os poderes, tal como ocorre hoje.

Voltaire (1694-1778), autor do *Dicionário Filosófico* e de *Cândido* (ou *O Otimismo*), era oriundo da burguesia francesa, mas frequentava os salões da aristocracia. Ele poderia ser qualificado como uma espécie de emergente. Era um autor que apresentava escritos de caráter elitista, discordava de Jean Jacques Rousseau e ocupava o tempo da ociosa sociedade de Corte francesa. Voltaire era também o mais anticlerical dos autores do Iluminismo, encarando a Igreja Católica como uma instituição medieval que mantinha um controle estéril sobre a vida social e religiosa dos indivíduos. O autor, que não negava a existência divina, propunha um culto deísta, ou seja, desvinculado dos ritos romanos e da hierarquia católica. O fiel poderia encontrar Deus sem a necessidade de intermediários.

Em 1751, **Denis Diderot** e **Jacques D'Alembert** publicaram *A Enciclopédia*, tentativa idealista e otimista de reunir todas as obras de caráter liberal iluminista em uma grandiosa publicação. Os enciclopedistas acreditavam que os seus textos seriam um importante passo no sentido da emancipação do homem em relação ao período absolutista e aristocrático do Antigo Regime.



Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8e/ENC_1-NA5_600px.jpeg/377px-ENC_1-NA5_600px.jpeg

No campo econômico, **Adam Smith** ganha destaque com sua obra *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), já citada no capítulo anterior. Para ele, o Estado teria a função somente de zelar pela propriedade privada e pela ordem, não tendo o papel de intervir na economia.



EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (FUVEST) Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavaleiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um frequentemente vê seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro; o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos e disposições em toda espécie de atividade. O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso; o cavaleiro rural, um tímido em seus empreendimentos. [...]

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*, Livro III, capítulo 4. Nesse pequeno trecho, Adam Smith:

- a) Contrapõe lucro a renda, pois geram racionalidades e modos de vida distintos.
- b) Mostra as vantagens do capitalismo comercial em face da estagnação medieval.
- c) Defende a lucratividade do comércio contra os baixos rendimentos do campo.
- d) Critica a preocupação dos comerciantes com seus lucros e dos cavalheiros com a ostentação de riquezas.
- e) Expõe as causas da estagnação da agricultura no final do século XVIII.

02. (ENEM) Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689–1755), a respeito da escravidão: "A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel. Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizéssemos que escravos cultivassem a planta que o produz."

(Montesquieu. O espírito das leis.)

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu:

- a) O preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
- b) A política econômica e a moral justificaram a escravidão.
- c) A escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
- d) O convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
- e) O fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

03. (UNESP) Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece. [...] Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo.

(Jean-Jacques Rousseau. Do contrato social, 1983.)

O texto apresenta características

- a) Iluministas e defende a liberdade e a igualdade social plenas entre todos os membros de uma sociedade.
- b) Socialistas e propõe a prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais.
- c) Iluministas e defende a liberdade individual e a necessidade de uma convenção entre os membros de uma sociedade.
- d) Socialistas e propõe a criação de mecanismos de união e defesa de todos os trabalhadores.
- e) Iluministas e defende o estabelecimento de um poder rigidamente concentrado nas mãos do Estado.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 4 E 5

"O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político."

(Jean-Jacques Rousseau, Do Contrato Social. [1762]. São o: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

04. (UNICAMP) Sobre o Contrato Social, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- a) Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- b) A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- c) Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- d) O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.

05. (UNICAMP) No trecho apresentado, o autor

- a) Argumenta que um corpo político existe quando os homens encontram-se associados em estado de igualdade política.
- b) Reconhece os direitos sagrados como base para os direitos políticos e sociais.
- c) Defende a necessidade de os homens se unirem em agregações, em busca de seus direitos políticos.
- d) Denuncia a prática da escravidão nas Américas, que obrigava multidões de homens a se submeterem a um único senhor.

06. (ENEM) "Eslarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida."

(KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).)

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa:

- a) A reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- b) O exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- c) A imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- d) A compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- e) A emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

07. (UNESP) O pensamento iluminista, baseado no racionalismo, individualismo e liberdade absoluta do homem, ao criticar todos os fundamentos em que se assentava o Antigo Regime, revelava as suas contradições e as tornava transparentes aos olhos de um número cada vez maior de pessoas.

(Modesto Florenzano. revoluções burguesas, 1982. Adaptado.)

Entre as críticas ao Antigo Regime, mencionadas no texto, podemos citar a rejeição iluminista do

- a) Princípio da igualdade jurídica.
- b) Livre comércio.
- c) Liberalismo econômico.
- d) Republicanismo.
- e) Absolutismo monárquico.

08. (ENEM) Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

FORTES, L. R. S. O Iluminismo e os reis filósofos. São Paulo: Brasiliense, 1981 (adaptado).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- modernização da educação escolar.
- atualização da disciplina moral cristã.
- divulgação de costumes aristocráticos.
- socialização do conhecimento científico.
- universalização do princípio da igualdade civil.

09. (ENEM) O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características uma determinada corrente de pensamento.

"Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se ao domínio e controle de qualquer outro poder?

Ao que é óbvio responder que, embora no estado natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade."

(Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991)

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa justificar:

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

10. (ENEM)

TEXT01

A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado, embora beneficiassem a burguesia incipiente.

ANDERSON, P. In: DEYON, P. O mercantilismo. Lisboa: Gradiva, 1989 (adaptado).

TEXT0 II

As interferências da legislação e das práticas exclusivistas restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas.

SMITH, A. A riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de

- a) valorização do pacto colonial – combate à livre-iniciativa.
- b) defesa dos monopólios régios – apoio à livre concorrência.
- c) formação do sistema metropolitano – crítica à livre navegação.
- d) abandono da acumulação metalista – estímulo ao livre-comércio.
- e) eliminação das tarifas alfandegárias – incentivo ao livre-cambismo.

GABARITO

▶ EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. A	03. C	05. A	07. E	09. D
02. E	04. B	06. A	08. E	10. B

ANOTAÇÕES

[illegible]